



A RESISTÊNCIA DA CULTURA BOTÂNICA NAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA EM SALVADOR

Sueli Santos Conceição*

Este texto é o resumo da pesquisa desenvolvida como Dissertação de Mestrado, no programa multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia - UFBA, vinculado a Faculdade de Ciências Humanas. O ponto de partida da presente pesquisa foi a tentativa de identificação de espécies vegetais relevantes para as religiões de matriz africana, que foram sucumbidas dos templos religiosos e se encontram em processo de desaparecimento das áreas públicas de Salvador. Partindo dessa identificação *in loco*, foi feita uma análise sobre o impacto ambiental nas áreas onde os templos estão instalados. Detectou-se o processo de urbanização como um dos fatores participantes do conjunto de fenômenos que contribuiu com a perda de território dessas religiões promovendo a sua re-significação espacial e litúrgica, sendo que tais fenômenos – especulação imobiliária, invasões ou o processo de urbanização desordenado – têm implicado de forma acentuada na degradação do espaço religioso e/ou público.

Dessa forma, o presente trabalho buscou como objetivo principal, indicar a existência e a necessidade para manutenção das religiões de matriz africana, a vegetação que está sendo sucumbida das suas áreas naturais. Sendo representada pela Etnicidade assumida neste trabalho, como uma expressão de identidade, caracterizando uma narrativa de origem, por considerar as folhas e sua manipulação, sinais diacríticos de uma identidade coletiva negra de grupos étnicos africanos. Neste contexto, há uma denominação utilizada no trabalho que é a “cultura vegetal”, mantida pelas religiões de matriz africana, baseada em práticas de comunidades tradicionais oriundas do continente africano e re-significada no Brasil, como forma de resistência através da persistência.

Foi detectado que essas religiões se encontram, portanto, sob pressão de uma crise ecológica instalada na cidade, que tem como base uma alteração social, marcada por um lado, pela escassez de moradia de seus habitantes que, em sua maioria, vivem em condições insalubres, e por outro lado, pelo poder da pressão imobiliária que determina o valor da terra e promove a acentuação da segregação espacial já instalada. Tais fatores exercem influência direta e decisiva nas transformações e re-significações das religiões de matriz africana.

Ao longo de sua existência, a perda do território dos espaços sagrados que praticam as religiões afro-brasileiras é recorrente, a grande diversidade de templos sagrados encontrado nas religiões de matriz africana – visível nos espaços urbanos determinados por relações sociais desarmônicas e excludentes – é constantemente submetida a um processo de segregação que caracteriza a cidade de Salvador. O que pode ser notado em comum à diversidade dessas religiões são a utilização e veneração pelos espaços naturais – matas, lagoas, rios, manguezais, áreas que de uma forma geral se apresentam cada dia mais escassas na cidade.

A pesquisa não trabalhou com um grupo específico seja ele Angola, Ketu, Jeje ou Umbanda, etc. A proposta é desenvolver um discurso acerca do que chamamos nesta pesquisa

* Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL, especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia - FACCEBA e Mestra em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia- UFBA.



de “cultura Botânica”. Para entender o porquê da escolha dos bairros selecionados – Vasco da Gama, Federação, Engenho Velho da Federação, Liberdade, Cabula, Estrada Velha do Aeroporto – é preciso saber como foram escolhidos os templos religiosos. A escolha dos terreiros trabalhados nesta pesquisa foi condicionada a análise do seu posicionamento na cidade de Salvador. A análise detectou que a presença de vegetação nos espaços sagrados são maiores nos templos que encontram-se distante do centro da cidade, como pode ser observado nos mapas 1 e 2 :

Mapa 1:



-  **Bate Folha**
-  **Dandalunda**
-  **Manso Dandalungua Cocuazenza**
-  **Mocambo**
-  **Oxumaré**
-  **Vodum Zo**

Mapa 2:



-  **Bate Folha**
-  **Dandalunda**
-  **Manso Dandalungua Cocuazenza**
-  **Mocambo**
-  **Oxumaré**
-  **Vodum Zo**

No primeiro momento da pesquisa pretendia-se fazer uma comparação entre os nomes das plantas utilizadas nos terreiros, levando em consideração a sua auto-identificação, tendo como critérios de escolhas as “nações” Angola, Jeje, Ketu. Foram, então, escolhidos um representante de cada uma destas nações: Terreiro Oxumaré (Ketu), Terreiro Bate Folha



(Angola), Terreiro Dandalunda (Angola), Terreiro Manso Cocuazenza Dandalunga (Angola), Terreiro Vodum Zo (Jeje), Onzo Nguzo Za Nkisi Dandalunda Ye Tempo - Mocambo - (Angola). Os terreiros; Manso Cocuazenza Dandalunga, Bate Folha e Onzo Nguzo Za Nkisi Dandalunda Ye Tempo - Mocambo – foram escolhidos por apresentarem uma área preservada e serem protegidos pelas leis de tombamento que os conferem como patrimônio; O Terreiro Oxumaré por apresentar na sua área interna modificações estruturais que sucumbiram uma grande parte da sua vegetação; O Terreiro Vodum Zo por apresentar a maior área verde no bairro da Liberdade e não ser atendido pelos programas de tombamento; O Terreiro Dandalunda foi escolhido por ser descendente do terreiro Manso Cocuazenza Dandalunga,, fazendo parte da terceira geração.

Tal análise indicou uma diversidade de terreiros e formas de assentamentos. Os calendários litúrgicos, peculiares da religião em questão, vêm sofrendo, constante transformação do seu modelo original implantado na cidade, conciliando a dinâmica de reprodução inerente aos rituais sagrados com possibilidade de reprodução dentro dos grandes centros urbanos, as relações econômicas e sociais envolvidas, que influem decisivamente nessa nova caracterização. Constatando também que as religiões de matriz africana são ecologistas, têm respeito pleno ao meio ambiente natural, em uma época que é prioridade discutir sobre problemas ambientais e poucas são as instituições governamentais que o priorizam, desenvolvendo ações e exigindo o cumprimento das Leis Ambientais vigentes no Brasil, a fim de preservar o espaço natural buscando um equilíbrio sócio/ambiental/econômico.

Por questão temporal e logística a pesquisa não contém, nem poderia reportar, toda a massa de informações contida nessa variedade de abordagens, muito rica de informações e cheia de especificidades. Registram-se, aqui, algumas análises concluídas e trabalhos realizados, que permitem fazer um idéia das causas e conseqüências da degradação dos espaços naturais de utilização para os ritos sagrados, a acomodação e dinâmica dos templos dentro desse contexto.

Para a realização desse estudo foi necessário seguir uma série de etapas: uma revisão bibliográfica dos trabalhos já realizados, sobre a temática e trabalhos afins; identificar e conhecer o campo – templos religiosos e mercados; realizar um estudo de campo, enfocando algumas questões essenciais como: Quem é o responsável pelo cultivo das plantas? Em caso de ausência de plantas no templo religioso quem é o fornecedor? Quais os procedimentos realizados após a chegada das plantas nos templos? Quem distribui as plantas nos mercados?

No caso do presente trabalho, esses estudos realizaram-se através da observação participante: desde o ano de 2006, foram feitas peregrinações aos mercados das Sete Portas e São Joaquim e aos templos religiosos – Terreiro Oxumaré (Ketu), Terreiro Bate Folha (Angola), Terreiro Vodum Zo (Jeje), Terreiro do Bogum (Jeje), Terreiro Manso Cocuazenza Dandalunga (Angola), Terreiro Dandalunda (Angola), Terreiro Maiala (Angola), Terreiro Mocambo (Angola) –, efetuando entrevistas informais e também entrevistas semi-estruturadas e estruturadas, com apresentação de fotografias de 20 espécies utilizadas em rituais, para um reconhecimento por parte dos interlocutores, respeitando as denominações utilizadas por sacerdotisas e sacerdotes. O critério para escolha das espécies se deu mediante a informação fornecida pelos comerciantes sobre as plantas mais procuradas no mercado para fins litúrgicos e/ou fitoterápicos. Compreender a dinâmica dos indivíduos envolvidos na questão foi importante para promover uma aproximação e interação respeitando essa dinâmica. Para isso, fez-se necessária a identificação dos papéis que cada ator social exerce em seu espaço.

O êxito de tais entrevistas dependeu de um progressivo entendimento da linguagem concernente à nomenclatura popular ou litúrgica e da conquista da confiança dos interlocutores. Todas as informações obtidas foram levadas em consideração, mesmo que no momento da entrevista elas não demonstrassem um sentido lógico elas poderiam servir de ponte, complemento ou elucidação de alguma informação posterior. Para esta pesquisa não foi realizada



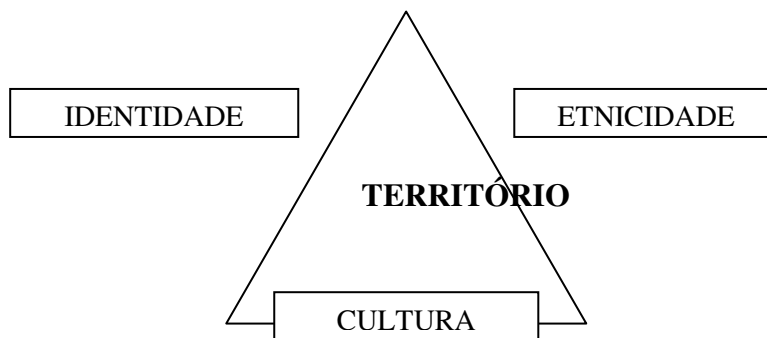
coleta para classificação científica. As classificações científicas apresentadas no trabalho foram as realizadas por Verger (1995), Barros (2002) e Serra et. al (2002).

Para tanto, após o levantamento dos dados em pesquisas bibliográficas e *in loco*, foi criado um banco de dados para informações sobre as espécies que ainda podem ser encontradas nas áreas dos templos sagrados e espaços públicos e espécies que são cultivadas em hortas ou quintais particulares.

Na pesquisa são abordados conceitos específicos que têm a função de complementar a idéia de Etnobotânica – estudos que tratam de manejo de vegetais sejam eles, no campo da fitoterápia, nutrição, objetos de uso pessoal e na liturgia, por determinados grupos étnicos. Vale lembrar que a Etnobotânica apresentada nesta pesquisa está relacionada com a “cultura vegetal” das comunidades afro descendentes de Salvador, especificamente no seio das religiões de matriz africana.

Como objetivos específicos foram considerados: a interface da Biologia com a Antropologia, fazendo valer a proposta do programa multidisciplinar do Pós-Afro; avaliação da acomodação dos templos religiosos dentro da discussão da urbanização em Salvador e a compreensão do circuito das ervas e as novas formas de aquisição de plantas para o uso ritual, assim como as categorias criadas pelos usuários das ervas dentro dos terreiros.

Para discorrer sobre a interface da Biologia com a Antropologia, proposta pela pesquisa, houve um debruçar sobre arcabouços teóricos de autores como: Strauss (1975), Santos (1986), Posey (1986), Sodré (1988), Toledo (1990,1991 e 1992), Verger (1995), Barth (1998), Barros (2002), Serra (2002), Hall (2005), Pares (2006), que traduzem de forma clara e concisa as idéias que complementam o objeto de investigação dessa pesquisa, dando um formato coerente. A interação dos conhecimentos sobre identidade, etnicidade e cultura é o que dará a primeira e fundamental visão de composição deste trabalho, este triângulo delimitara a abordagem, dentro desta pesquisa, do conceito de “território”, direcionada para a re-significação deste último através da modificação do espaço.



CONSIDERAÇÕES GERAIS

O capítulo 1 tratou do processo de desaparecimento de espécies vegetais nos espaços públicos e/ou privados de Salvador, através dos fenômenos como tensões familiares, falta de recursos financeiros, invasões populares, urbanização/especulação imobiliária/modernização — este último descrito nesta sessão de forma a se ter um panorama histórico de alguns bairros de Salvador. Mediante a acomodação dos templos no processo de urbanização e a dinâmica dos



terreiros, expostas neste capítulo, a pesquisa detectou quatro tipos de casos de acomodação dos terreiros que são atendidos pela política de patrimonialização, protegidos pelas normas do Instituto do Patrimônio da Humanidade Nacional - IPHAN, órgão do Ministério da Cultura, e/ou do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC, órgão também do Ministério da Cultura, mas com autarquia do Governo do Estado.

Apresentando características particulares, os terreiros foram descritos por esta pesquisa da seguinte forma: terreiros protegidos que apresentam uma densa área verde em área de concentração urbana (**PAP**), representados pelos Terreiro Manso Cocuazenza Dandalungua (Angola) e o Terreiro Bate Folhas (Angola); terreiros protegidos que apresentam áreas degradadas porém mantem com muito sacrifício o espaço sagrado (**PAD**), representado pelo Terreiro Oxumaré (Ketu) e o Terreiro Mocambo; terreiro não protegido com presença de área verde que mantem seu espaço com constante tensão (**NAD**), exemplificado pelo Terreiro Vodun Zo (Jeje); e o caso dos Terreiros não protegidos sem presença de área verde (**N**), a exemplo do Terreiro Dandalunda Neto (Angola). Como pode ser observado na Tabela.1.

Tabela 1

	TM	TBF	TVZ	TMDC	TO	TD
Protegidos com áreas verdes preservadas – PAP						
Protegidos com áreas verdes degradadas – PAD						
Não protegido com áreas verdes degradadas – NAD						
Não protegido sem áreas verdes - N						

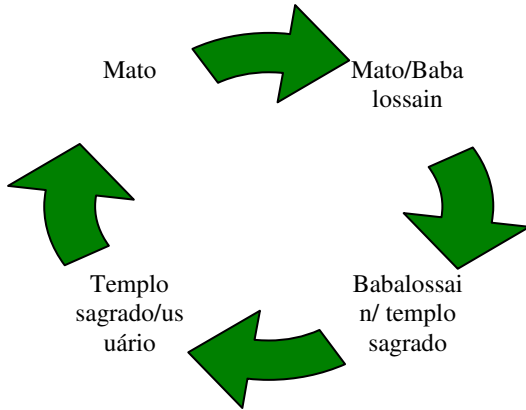
TM - Terreiro Mokambo
TBF - Terreiro Bate Folhas
TVZ -Terreiro Vodum Zo
TMDC -Terreiro Manso Dandalunda
Concuazenza
TO -Terreiro Oxumaré
TD - Terreiro Dandalunda
Fonte: Sueli Conceição

No capítulo precedente foram abordados processos contínuos de ação dentro dos templos sagrados, que giram em torno da manutenção da “Cultura Botânica”, que sofre ações recorrentes de destruição. As narrativas coletadas nos terreiros indicam que as formas de aquisição das plantas, como preceituam as religiões de matriz africana, tem uma dissonância com as práticas utilizadas atualmente para tais fins. Os membros das religiões afro-brasileiras foram forçados a criar novas alternativas para adquirirem suas ervas de uso ritual ou fitoterápico, caracterizando dessa forma a persistência de uma cultura que muda ao logo do tempo enquadrando-se aos moldes da pós-modernidade.

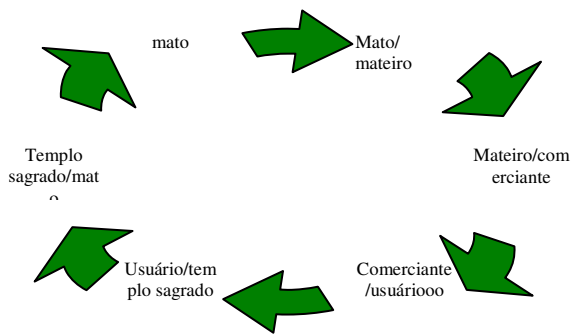
Com a hegemonia do capitalismo as formas para aquisição de plantas no uso ritual, sofreram atualizações que promoveu o desaparecimento do *babalossain* e o surgimento de novos atores do processo como pode ser observado nas três cadeias de ações descrita para esta pesquisa ilustradas abaixo:



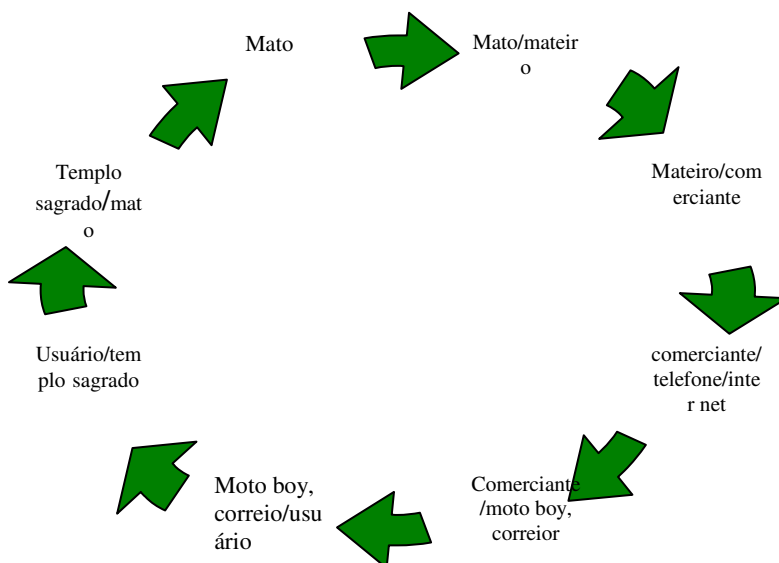
Cadeia Tradicional



Cadeia das Feiras



Cadeia virtual





As cadeias demonstram que o homem continua mantendo uma relação com o vegetal, apesar da agregação de elementos artificiais, Onde as trocas simbólicas inerentes aos princípios das religiões de matriz africanas são transformados em um sistema de troca comercial dentro dos circuitos das ervas. Nessa seara apresentam - se o sistema de troca simbólico quando da relação: *Babalossain*/mato e o sistema comercial quando se trata de mateiro/mato, usuário/templo sagrado e templo sagrado/mato; e o sistema de troca comercial quando da relação: mateiro/comerciante, comerciante/internet/telefone, comerciante/moto boy correios, moto boy, correios/usuários e usuário/templo sagrado.

O terceiro capítulo é fruto de uma investigação, cujo intuito é compreender o histórico do Direito Ambiental no Brasil, e se suas intenções atendiam as demandas das comunidades brasileiras locais no período da chega dos europeus. Para tal a seção foi baseada, sobretudo em Juraci Perez Magalhães (2002), citando autores como Wainer (1999) ou Macedo (2000), pesquisadores que têm abordagem histórica sobre o Direito Ambiental brasileiro, relevantes para este trabalho, porém não deixamos de incluir outros autores. Em momento algum pretendeu-se fazer um tratado sobre o histórico das leis ambientais no Brasil, mas pontuar alguns fatos que contribuíram para sua formação e a visão de alguns pensadores ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro das políticas ambientais e como foram aplicadas no âmbito das religiões de matriz africana..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cosmologia das religiões de matriz africana, com fundamento na natureza, criadas pelas antigas comunidades africanas, determina a sacralização dos elementos físicos, transformando-os em sagrados pelos atributos concernentes às divindades regentes, especialmente dentro dos templos religiosos.

Tais elementos funcionam como demarcadores simbólicos de território religioso, sendo que neste trabalho os templos religiosos são considerados territórios contínuos das religiões de matriz africana, enquanto outros ambientes externos, considerados sagrados, são identificados como territórios descontínuos.

Os templos sagrados possuem uma identidade própria que se reproduz socialmente. Com domínios territoriais demarcados, apresentam variações dentro do espaço da cidade, visíveis e determinadas por relações sociais, harmônicas e tensas. Alguns dos terreiros apresentam a característica da força de agregação de membros legalmente credenciados, simpatizantes ou não, no seu entorno na condição de habitação.

Exercem um importante papel como modeladores da cidade no que concerne ao turismo, principalmente pela forma característica como se apresentam; mas também pela proposta de conservação de área verde, atualmente dificultada por um conjunto de fenômenos, principalmente pela pressão da urbanização, especulação imobiliária e construção das vias de acessos.

Por outro lado, os espaços das religiões de matriz africana dentro da cidade de Salvador são submetidos a um constante processo de desterritorialização exercido pelos grupos de maior poder político e econômico e pela apropriação e a valorização do solo urbano. Esse processo determina quatro caminhos seguidos pelas comunidades de terreiro: 1) a reestruturação das áreas internas, com espaços resistentes às invasões; 2) a mudança de endereço quando as condições financeiras permitem; 3) a extinção; 4) a transformação do modelo de terreiro (Dias, 2003, p. 161).



O primeiro caminho é representado, nesta pesquisa, por aqueles terreiros onde as tensões internas derivam da agregação familiar nas dependências dos templos sagrados. O terceiro caminho é seguido pelos templos que não têm o mínimo de condições para manter as suas condições básicas de sobrevivência, sejam elas litúrgicas ou pessoais. O quarto caso corresponde a mudanças relativas à tipologia dos templos apresentada neste trabalho, onde suas estruturas físicas e condições de funcionamento estão relacionadas com a presença ou ausência de áreas verdes.

Um dado importante verificado nesta pesquisa é a forma pela qual os templos sagrados se instalam na cidade. Revela-se que a exploração de novas áreas para sua implantação tem como um dos critérios, a possibilidade de manutenção do espaço verde em suas dependências. Este vem sofrendo, paulatinamente, redução severa, devido à expansão urbana e a dificuldade que experimentam os templos religiosos em manter sua ocupação com amplas áreas no âmbito da cidade de Salvador.

Segundo os interlocutores credenciados as religiões de matriz africana, a nação Angola é considerada como a que detem o conhecimento de manipulação de todas as plantas. Mas, ficou constatado nesta pesquisa, que essa condição mudou e que é comum encontrar terreiros que se denominam nação Angola sem áreas verdes, conforme foi demonstrado no capítulo 1. Ficou evidenciado também que as nomenclaturas atribuídas aos templos sagrados são decorrentes da sua estrutura espacial. A *ebome* Cidália reitera o que foi dito pelo antropólogo Fábio Lima, sobre a denominação dos templos sagrados. Segundo ela, os templos localizados em áreas densamente urbanizadas, que não apresentam área verde, não podem ser chamados de terreiros ou roças porque os seus espaços não apresentam tais características. Então, ela os chama de *Ilê Axé* ou casa de Candomblé.

A análise demonstra que, apesar dos terreiros apresentarem espaços físicos diferentes, a persistência da “cultura botânica” é evidenciada nos rituais sagrados e nos discursos sobre a relevância do meio natural preservado para a religião. Os discursos nesse sentido são todos convergentes, independentemente da procedência dos terreiros visitados para esta pesquisa.

Com o desaparecimento das áreas verdes, foram saindo de cena os atores que protagonizavam os processos de colheitas e preparos das plantas para os rituais. Essas atividades passaram a ser atribuídas às zeladoras, zeladores, ou pessoas que têm um grau hierárquico dentro dos templos sagrados, situação atualmente comum na maioria dos terreiros.

A escassez de plantas promove o surgimento de novas alternativas para a sua aquisição – centros de abastecimentos, supermercados, feiras livres, atendimento por telefone, internet, etc. –, modalidades que se juntam às já existentes para atender as demandas dos terreiros. Essas modalidades foram descritas de três formas: 1) o circuito tradicional, tendo como elementos: mato, *babalossain*, templo sagrado e usuário; 2) o circuito das feiras, representadas por: mato, mateiro, comerciante, usuário e templo sagrado; 3) o circuito eletrônico: mato, mateiro, comerciantes, telefone/internet, usuário e templo sagrado. Foi identificado nesta pesquisa que a diversidade de fornecedores está diretamente relacionada com a variedade das plantas comercializadas.

O histórico da legislação ambiental e das políticas públicas ambientais de caráter participativo também compuseram a pesquisa, visando desmistificar o conto de que não existem leis ambientais ou políticas públicas ambientais em Salvador. Foi demonstrado que a Constituição Federal brasileira de 1988 tem leis para atender as demandas ambientais em diversas modalidades. Mas presume-se que exista a falta de mais técnicos competentes dentro das especificidades exigidas para as questões ambientais. Estas devem ser tratadas de formas particularizadas, considerando-se as regiões, os grupos étnicos envolvidos no processo, assim como as formas que os mesmos se instalaram e vivem na região. Baseadas nessas especificidades



surgem as políticas públicas participativas, nas quais órgãos do governo – SEMUR, UFBA, MIC, IPHAN, IPAC etc. – promovem projetos para atender demandas específicas direcionadas aos grupos étnicos envolvidos no processo.

Mesmo as leis ambientais não sendo imperativas para a manutenção de áreas verdes nos espaços públicos e de terreiro, o trabalho mostrou que existe uma persistência da Cultura Vegetal nas religiões de matriz africana, tendo o meio natural como essencial para a sua sobrevivência. Então, as alternativas para aquisição, apontadas nesta pesquisa, não são um mero modismo, mas sim formas para continuar resistindo dentro da seara do progresso. Como foi informado por *ebome* Cidália, em uma das nossas conversas:

Ah minha filha, para o progresso chegar teve que fazer aquilo com o candomblé. O candomblé era dono daquilo tudo, ali era tudo roça, caminho ia ficar na roça? Mato de um lado, mato do outro com o caminho no meio? Agente paga pelo progresso...” (Ebome Cidália, 21/10/2008).

Mediante as experiências vividas durante o processo de investigação, as longas conversas com os interlocutores que tiveram a maior boa vontade de colaborar com a pesquisa. Fica registrado que as religiões de matriz africana são ecologistas e tem o meio ambiente como elemento componente indispensável da sua vida espiritual. Ao passo que se reconhecerem as plantas que são manipuladas dentro dos templos sagrados, como sendo elemento importante para a cura de doenças se alcançaria um desenvolvimento mais equilibrado social e ambientalmente. Vale lembra que toda esta persistência é pautada no sentimento de pertença. Mediante as observações feitas ao longo da pesquisa fica constatado neste trabalho que o vegetal é um patrimônio religioso, cultural e social para a população afro-descendente levando a crê que deve ser protegido e preservado para garantir a permanência das religiões de matriz africana sem tensões externas, com relações harmônicas.

REFERÊNCIAS

ANJOS, M. E. As transformações Espaciais da Avenida Vasco da Gama. Salvador, 1997 (mimeo).

AZEVEDO, S. A. Lei dos crimes ambientais e a responsabilização jurídica. http://www.fav.br/programasinst/Revistas/revistas2007/direito/Lei_dos_crimes_ambientais.pdf. Acesso 12/10/2008

BANDEIRA, F. P.; RÊGO, J. C. V. & SERRA, Ordep. J. T. Jardim Etnofarmacobotânico de Salvador: Uma experiência entre Universidade/Prefeitura//Comunidades Tradicionais de Candomblé. In: Anais do III Simpósio de Plantas Medicinais. Botucatu, 1995.

BARROS, J. F. P. O Segredo das Folhas: Sistema de Classificação de Vegetais no Candomblé Jêje-Nagô do Brasil. Ed. Pallas (UERJ), Rio de Janeiro. 1993.

_____, O cantar das Folhas. In. Centro de educação ambiental São Bartolomeu: Parque Metropolitano de Pirajá: Natureza e Cultura/ Ana Lúcia Menezes Forninigli (org), et. al. Salvador, 1988, 168p. il.



_____, et al. A Galinha d'gola: iniciação identitária na cultura afro brasileira/Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Melo, José Flávio Pessoa de Barros – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

BRASIL, Constituição Federal de 1988.

BASTIDE, R. O Candomblé da Bahia. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: Justiça Ambiental e cidadania/ organizadores, Henri Acselard, Selene Herculano e José Augusto Pádua. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

CEAB – Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. Fundação Gregório de Matos. Evolução Física de Salvador. Salvador, 1980.

CORREIA, Sandro e SERPA, Ângelo. Influência do Processo de Expansão Urbana na Perda de Áreas Verdes e No Uso das Plantas Medicinais Nos Terreiros. In: SERPA, Ângelo (org.). Fala Periferia. Edufba, 2002.

ELBEIN DOS SANTOS, Joana. Os Nagôs e a Morte. Pãdê, Àsèsè e o ciltlo Egun na Bahia; traduzido pela Universidade Federal da Bahia, Vozes, Petrópolis, 1986.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução. In: Sociologia e Antropologia, Vol.II. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974, p. 1-36.

_____. Pensamento Selvagem. 8ª edição. Papyrus editora. 2007.

LIMA, Fábio Batista. Os Candomblés da Bahia: tradições e novas tradições. Salvador: Universidade do Estado da Bahia/ ARCADIA, 2005. 222p.

LOPES, Nei. Bantos, malés e identidade negra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

LUHNING, E. A. Ewé: As Plantas Brasileiras e seus Parentes Africanos. In: Faces da Tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafrikanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida CAROSO, Carlos, BACELAR Jéferson.. Rio de Janeiro: Pallas: Salvador, Ba: CEAO, 1999.

MAGALHÃES, Juraci Perez. *A Evolução do Direito Ambiental no Brasil*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998. http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/141/1/Direito_Ambiental.pdf. Acesso:10/10/2008

MARQUES, J. G. W. O olhar (des) multiplicado. O papel da interdisciplinaridade e do qualitativo na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C. & SILVA. S.M. P. (Org.). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002. p.31-46.

MARTIN, G. J. El papel de la etnobotânica en el rescate ecológico y cultural de America Latina. Congreso Latino Americano de Botânica. 40 Simpósio de Etnobotânica. Medelin: 1986. p.67-77.



MEIRA, J. C. de. Considerações sobre A evolução do direito ambiental no Brasil na acepção de Juraci Perez Magalhães. Revista Esmafe: Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, n.3, p. 35-42, mar. 2002. site: http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/141/1/Direito_Ambiental.pdf, Acesso 10/10/2008.

PARÉS, L. N. A formação do Candomblé: história e ritual da nação Jeje na Bahia.- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

PEREIRO, P. X., Patrimonialização e transformação das identidades culturais, in J. Portela e J. Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta, 2003 pp. 231-248.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Modelo de uso e ocupação do solo para áreas adjacentes à Avenida Paralela*. Centro de Planejamento Municipal. Salvador, 1995

SANTOS, Milton. Espaço e Método. Ed. Nobel, 1ª Ed., São Paulo, 1988.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Ed., Hucitec, 3ª ed, São Paulo 1994.

_____. *A Natureza do Espaço*, Ed. Hucitec, 3ª ed, São Paulo 1999.

_____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo — Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENADO FEDERAL. *Legislação do Meio Ambiente: atos internacionais e normas federais*. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. 2 v.

SEVERINO, J. A. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo, Cortez, 1999. 20ª Edição. 272 p.

SERRA, O. *O mundo das folhas* (org) Ordep Serra et al. Feira de Santana; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

TEIXEIRA, M. L. L.. Candomblé e a [re]Invenção de Tradições. In: *Faces da Tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafrikanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida* CAROSO, Carlos, BACELAR Jéferson.. Rio de Janeiro: Pallas: Salvador.

VERGER, P. F. *Ewé: O Uso das Plantas na Sociedade Ioruba/ Pierre Fatumbi Verger*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Lendas dos Orixás*. Salvador: Corrupio, 1981.

WAINER, H. E. *Legislação Ambiental Brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Revista Forense, 1999.